



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇOS nº 09/2019
PROCESSO Nº 13.816/2019

PREÂMBULO

O Município de Porto Ferreira, para fins de prover necessidades do Requirante, faz saber que se encontra aberta a presente licitação, a qual será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, o Decreto Municipal nº. 62 de 22 de setembro de 1993, pelas condições constantes neste instrumento convocatório, no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 088/2014 – MPT/PRT 15ª Região – PTM Araraquara, bem como demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação, que foi regularmente autorizada pelo Executivo Municipal, bem como examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica do Município.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
Tipo: MENOR PREÇO
Critério De Julgamento: VALOR POR ITEM

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de reforma em 02 (duas) Unidades de Saúde, conforme Projeto Básico.

O prazo para o recebimento e protocolização dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA COMERCIAL” esta previsto até as **09h30min do dia 09 de setembro de 2019**, na Seção de Comunicações (Protocolo), à Praça Cornélio Procópio, nº 90, Centro, Porto Ferreira – SP.

A abertura do envelope nº 1 “DOCUMENTAÇÃO” está prevista para as **09h45min**, do mesmo dia no Centro Administrativo da Prefeitura de Porto Ferreira – Edifício “D. Flora V. Ignatios”- Rua Cel. Procópio de Carvalho, nº 327 – piso superior - Centro

Consultas e/ou esclarecimentos: exclusivamente pelo e-mail editais@portoferreira.sp.gov.br, na conformidade do art. 40, inciso VIII, da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I – DO OBJETO	3
SEÇÃO II – DA FORMA DE EXECUÇÃO	3
SEÇÃO III – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	3
SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE	3
SEÇÃO V – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO	4
SEÇÃO VI – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO	4
SEÇÃO VII – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO	6
SEÇÃO VIII - DA DESPESA	6
SEÇÃO IX – DOS ENCARGOS DA MUNICIPALIDADE	6
SEÇÃO X – DOS ENCARGOS DA VENCEDORA	6
SEÇÃO XI – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	7
SEÇÃO XII – DAS GARANTIAS	7
SEÇÃO XIII - DO REAJUSTE	7
SEÇÃO XIV– DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO CONTRATUAL	7
SEÇÃO XV – DOS RECURSOS	8
SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	8
SEÇÃO XVII – DA IMPUGNAÇÃO	8
SEÇÃO XVIII – DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS	8
ANEXO I – Proposta Comercial E Planilha De Custos	9
ANEXO II – Minuta De Carta De Credenciamento	11
ANEXO III – Declaração De Cumprimento Do Disposto No Inciso Xxxiii Do Art. 7ª Da Constituição Federal	12
ANEXO IV – Minuta De Declaração De Que A Empresa Não Está Impedida De Participar Em Licitações	13
ANEXO V - Minuta De Declaração De Atendimento Às Exigências De Habilitação Prévia – Especifica Para Microempresa (Me), Microempreendedores Individuais Ou Empresa De Pequeno Porte (Epp)	14
ANEXO VI - Minuta De Declaração De Porte De Empresa	15
ANEXO VII - Projeto Básico	16
1 OBJETO:	16
2 JUSTIFICATIVA	16
3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	16
4 EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL	17
5 DESPESA	17
6 RECEBIMENTO DO OBJETO	17
7 NORMAS	17
8 ENCARGOS ESPECÍFICOS DA FUTURA CONTRATADA	17
9 VISTORIA TÉCNICA	18
10 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE	18
11 CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E RETIRADA DA O.S.	18
12 ARQUIVOS ADICIONAIS QUE COMPÕE O PROJETO BÁSICO	19
ANEXO VIII - Declaração De Disponibilidade De Equipamentos E Pessoal Técnico	20
ANEXO IX – Exigências Para Habilitação	21
ANEXO X - Minuta Do Contrato	25
ANEXO XI- Carta De Credenciamento Para Visita Técnica E Declaração De Visita	32
ANEXO XII – Modelo De Declaração De Contratos Firmados Com A Iniciativa Privada E Com A Administração Pública	35
ANEXO XIII- Autorização Para Criação Da Conta Vinculada Para Quitação De Obrigações Trabalhistas	36
ANEXO XIV - Declaração De Inexistência De Parentesco Com Servidor Público Municipal Nos Quadros Empresa	37



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL Nº 89/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2019

PROCESSO Nº 13.816/2019

SEÇÃO I – DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação encontra-se detalhada no [Projeto Básico - Anexo VII](#).
- 1.2. O objeto do edital deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.
- 1.3. O objeto do presente Edital poderá sofrer, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do parágrafo 1º, artigo 65, da Lei 8.666/93.

SEÇÃO II – DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1. O objeto deverá ser executado conforme [Anexo VII – Projeto Básico](#).
- 2.2. A licitante vencedora obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.
- 2.3. Constatadas irregularidades no objeto, o MUNICÍPIO poderá:
 - 2.3.1. rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações ou apresentar baixa qualidade, determinando seu refazimento ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 2.3.2. determinar sua complementação ou rescindir a contratação se houver diferença de quantidades ou de partes, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 2.3.3. as irregularidades deverão ser sanadas pela licitante vencedora, no prazo máximo de 05(cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
 - 2.3.4. determinar sua correção ou reconstrução, ficando por conta da contratada, todas as despesas de materiais, mão-de-obra e equipamentos utilizados para esse fim.
- 2.4. O recebimento será realizado conforme [Projeto Básico – Anexo VII](#).
- 2.5. Só será emitido Atestado de Recebimento se atendidas às determinações deste Edital e seus anexos.
- 2.6. O recebimento definitivo não exime a licitante vencedora de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços.

SEÇÃO III – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Das restrições para participação:
 - 3.1.1. Será vedada a participação nesta licitação de:
 - 3.1.1.1. consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 3.1.1.2. empresa ou sociedade estrangeira, salvo no caso de cumprido o estabelecido no inciso V, do artigo 28, da Lei 8.666/93;
 - 3.1.1.3. estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar imposta pelo Município de Porto Ferreira (inciso III do Artigo 87 da Lei 8666/93 e Artigo 7º da Lei nº 10.520/02) ou tenham sido declaradas inidôneas (Artigo IV do Artigo 87 da Lei 8666/93);
 - 3.1.1.4. empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico, membro do conselho técnico ou administrativo ou empregado do proponente pertencente ao quadro temporário ou permanente do MUNICÍPIO de Porto Ferreira.
 - 3.1.1.5. que estejam em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
 - 3.1.1.6. empresa licitante com cadastramento vencido no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município ou com cadastro de outro órgão.
- 3.2. Das condições para a participação:
 - 3.2.1. Somente poderão participar do presente certame:
 - 3.2.1.1. as empresas cadastradas no [Município de Porto Ferreira](#), nos termos do art. 34 da Lei Federal 8.666/93, com o certificado válido, na categoria pertinente ao objeto licitado, e;
 - 3.2.1.2. as empresas interessadas em participar da licitação que não se encontrarem cadastradas nos termos do subitem 3.2.1.1., **deverão protocolizar seu cadastramento até o terceiro dia anterior à data de entrega dos envelopes, prevista no preâmbulo, e atender a todas as condições exigidas para o cadastramento.**
 - 3.2.1.2.1. A relação da documentação necessária ao cadastramento deverá ser obtida na Internet através do site: www.portoferreira.sp.gov.br, no link Empresas - Licitações.
 - 3.2.2. As empresas que desejarem participar do certame deverão comprovar as condições estabelecidas no [Anexo IX – Exigências para Habilitação](#)

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE

- 4.1. Envelope nº 01 – “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”
 - 4.1.1. Deverá ser apresentado em envelope opaco, lacrado e rubricado no fecho, contendo em sua parte externa e frontal o seguinte dizer:

Envelope nº 01 DOCUMENTAÇÃO Tomada de Preços nº 09/2019 - Processo: 13.816/2019 Razão social da empresa: CNPJ:

 - 4.1.2. No interior do envelope deverá conter a documentação exigida na no [Anexo IX – Exigências para Habilitação](#).



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.2. Envelope nº 02 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

4.2.1 Deverá ser apresentado em envelope opaco, lacrado e rubricado no fecho, contendo em sua parte externa e frontal o seguinte dizer:

Envelope nº 02
PROPOSTA COMERCIAL
Tomada de Preços nº 09/2019 - Processo: 13.816/2019
Razão social da empresa:
CNPJ:

4.2.2. No interior do envelope deverá conter:

- a) planilha de custos, detalhada;
- b) cronograma físico-financeiro; e
- c) a proposta da licitante, que deverá ser apresentada **preferencialmente** em papel timbrado, em uma via, escrita em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente; sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas; com todas as folhas assinadas por responsável pela empresa licitante contendo por fim a data, conforme [Anexo I - Minuta de Proposta Comercial e Planilha de Preços](#).

4.3 Solicita-se, sempre que possível, que a proposta de preço seja acompanhada de declarações e/ou informações que venham a instruir, complementar ou esclarecer o objeto apresentado

4.4 Todas as folhas da Proposta Comercial deverão ser datadas e assinadas por responsável pela empresa, contendo preferencialmente o carimbo da mesma.

4.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou outro pretexto.

4.6 O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

4.7 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4.8 Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências deste ato convocatório.

4.9 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada neste Edital e quaisquer outras normas legais correlatas além da inclusão na proposta dos custos com seguro, transporte, e demais encargos, diretos ou indiretos, pertinentes à formação do preço e que, se vencedora, a licitante fornecerá o objeto pelo valor resultante da sua proposta;

SEÇÃO V – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. Entrega dos envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

5.1.1. Os envelopes nº 1 e nº 2, concernentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, deverão ser entregues e protocolizados na Seção de Comunicações (Protocolo), devidamente fechados e indecifráveis, no local, e até a data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital;

5.1.2. Os envelopes deverão conter, em lugar visível, a titulação de seu conteúdo: Envelope nº 1 – DOCUMENTAÇÃO, Envelope nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL, número do Edital, razão social, CNPJ.

5.1.3. Do credenciamento da licitante.

5.1.3.1. O credenciado pela licitante será o único admitido a intervir nas fases da licitação.

5.1.3.2. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos seguintes documentos:

5.1.3.2.1. No caso de comparecimento de proprietário, administrador ou dirigente da empresa proponente:

- a) Estatuto ou contrato social consolidado ou suas eventuais alterações, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Documento oficial de identificação que contenha foto.

5.1.3.2.2. No caso de comparecimento de representante legal da empresa proponente:

- a) Procuração passada em instrumento público ou particular, com firma reconhecida, com poderes especiais para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, conforme modelo do [Anexo II](#);
 - l) no caso de apresentação de procuração passada em instrumento particular, a proponente deverá apresentar estatuto ou contrato social consolidado ou suas alterações, devidamente registradas na Junta Comercial ou órgão competente;
- b) Documento oficial de identificação que contenha foto.

5.1.3.3. O documento de credenciamento será retido pela Comissão Permanente de Licitações e juntado ao processo licitatório.

5.1.3.4. Não será permitido que uma pessoa represente mais de uma licitante.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

6.1. A presente Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido pelo art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.1.1. Abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO:

6.1.1.1. No local, hora e dia designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou de seus representantes que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitações iniciará os trabalhos examinando os envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo, a seguir, à abertura do envelope DOCUMENTAÇÃO.

6.1.1.2. Os documentos contidos nos envelopes nº 1 (DOCUMENTAÇÃO) serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como, pelos proponentes ou seus representantes credenciados.

6.1.1.3. Depois de efetuado o procedimento do subitem anterior, qualquer manifestação deverá ser feita durante a fase de abertura do envelope nº 1 (DOCUMENTAÇÃO), através da pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, sendo inserida em ata, a pedido das partes, toda e qualquer observação ou declaração pertinente, a qual será assinada pelos membros da Comissão e licitantes ou seus credenciados.

6.1.1.4. Se o julgamento não puder ser realizado durante a sessão, esta será suspensa e será comunicado seu resultado aos participantes através de publicação no órgão de imprensa oficial ou qualquer outro meio eletrônico disponível.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 6.1.1.4.1.** Se houver a apresentação do protocolo da solicitação de cadastramento por qualquer licitante conforme previsto, a sessão poderá ser suspensa até que obtenha o resultado final do pedido de cadastramento.
- 6.1.1.4.2.** Caberá a Comissão Permanente de Licitação, a verificação do resultado final do pedido de cadastramento que:
- se deferido, será juntado aos autos cópia do Certificado de Registro Cadastral, com prosseguimento do certame.
 - se indeferido e transcorrido o prazo recursal, previsto no artigo 109, inciso I, alínea d, da Lei Federal nº 8.666/93, a Comissão Permanente de Licitação, certificará o indeferimento, sujeitando-se o proponente a inabilitação.
- 6.1.1.5.** Após a abertura dos envelopes nº 1 (DOCUMENTAÇÃO), os envelopes nº 2 PROPOSTA COMERCIAL, serão abertos:
- 6.1.1.5.1.** se houver renúncia, registrada em ata ou formalizada por escrito, para interposição de recurso de todos os proponentes; ou
 - 6.1.1.5.2.** depois de transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
 - 6.1.1.5.3.** depois de dado conhecimento do deferimento ou indeferimento do recurso interposto.
- 6.1.1.6.** A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 6.1.1.7.** Os envelopes PROPOSTA COMERCIAL, das proponentes inabilitadas, ficarão à disposição das mesmas, após a publicação do resultado no órgão de imprensa oficial, e, decorrido o prazo para interposição de recurso, ou julgado e improvido, por 30 (trinta) dias findo esse prazo serão destruídos.
- 6.1.2.** Critérios para julgamento da documentação:
- 6.1.2.1.** Será inabilitada a presente licitação os participantes que:
 - 6.1.2.1.1.** apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais;
 - 6.1.2.1.2.** não atenderem ou não preencherem as condições exigidas.
 - 6.1.2.1.2.** Se todas as proponentes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.
- 6.1.3.** Abertura do envelope PROPOSTA COMERCIAL:
- 6.1.3.1.** Os envelopes PROPOSTA COMERCIAL das proponentes habilitadas serão abertos, observado o disposto no item 6.1.1.5., no mesmo local mencionado no preâmbulo do Edital, cuja data e horário será comunicada através da imprensa oficial, se for o caso.
 - 6.1.3.2.** Uma vez abertas às propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanarem falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relações às exigências e formalidades previstas neste Edital.
 - 6.1.3.3.** As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes.
 - 6.1.3.4.** Depois de efetuado o procedimento do subitem anterior, qualquer manifestação deverá ser feito durante a fase de abertura do envelope nº 2 PROPOSTA COMERCIAL, através da pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata, a qual será assinada pelos membros da Comissão e licitantes ou seus credenciados.
 - 6.1.3.5.** Se o julgamento não puder ser realizado durante a sessão, esta será suspensa e será comunicado seu resultado aos participantes através de publicação no órgão de imprensa oficial ou qualquer outro meio eletrônico disponível.
- 6.1.4.** Critérios para julgamento da PROPOSTA COMERCIAL:
- 6.1.4.1.** Desclassificação:
 - 6.1.4.1.1.** Serão desclassificadas as propostas que:
 - 6.1.4.1.1.1.** estiverem em desacordo com o Edital;
 - 6.1.4.1.1.2.** apresentarem preços baseados nas de outras propostas;
 - 6.1.4.1.1.3.** não estiverem assinadas pelo representante legal da empresa;
 - 6.1.4.1.1.4.** estiverem com preços excessivos;
 - 6.1.4.1.1.5.** tiverem preços globais irrisórios, de valor zero ou inexequíveis.
 - Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cincoenta por cento) do valor orçado pela administração, ou do valor orçado pela administração.
 - Dos licitantes classificados na forma do item anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor apurado anteriormente, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas, igual a diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta.
 - 6.1.4.1.2.** Se todas as propostas forem desclassificadas, o Município poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.
 - 6.1.4.2.** Classificação:
 - 6.1.4.2.1.** Após o exame das propostas, a Comissão fará a classificação das propostas que atendam integralmente o Edital na seguinte conformidade:
 - a classificação se fará pela ordem crescente de preços;
 - no caso de empate a classificação se fará por sorteio, que será realizado em ato público convocando-se pela imprensa oficial todos os licitantes.
 - havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalos iguais ou inferiores a 10% (dez por cento) à licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do artigo 44, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - Não sendo exercido o direito de preferência, por desistência ou não apresentação de proposta inferior, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência, por ratificação pessoal ou através da imprensa oficial, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta mais bem classificada, ou revogação do certame.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

e) O instituto da preferência da contratação no exame das propostas prevista no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.1.5. Com o julgamento das propostas comerciais apresentadas pelos licitantes, e depois de resolvidos eventuais recursos, conclui-se a atuação da Comissão Permanente de Licitações, exaurindo-se sua competência dentro do procedimento.

6.1.6. Homologação e adjudicação:

6.1.6.1. Caberá à Autoridade Superior, a deliberação quanto à homologação do resultado do julgamento da Comissão Permanente de Licitação e a adjudicação do seu objeto a primeira classificada, o qual poderá, ainda, revogar a presente licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

SEÇÃO VII – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1. Os prazos e condições para assinatura do Contrato, constam no [Anexo VII – Projeto Básico](#).

SEÇÃO VIII - DA DESPESA

8.1. A despesa decorrente da aquisição do objeto consta do [Projeto Básico – Anexo VII](#)

SEÇÃO IX – DOS ENCARGOS DA MUNICIPALIDADE

9.1. Emitir a ordem de serviço, por meio do Requiritante, via formulário enviado por fac-símile, *e-mail* ou pessoalmente.

9.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser necessários para a licitante vencedora.

9.3. Fiscalizar através do Requiritante, a execução da obra, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora.

9.4. Fiscalizar através de seu Requiritante a qualidade dos materiais, tanto no depósito da licitante vencedora, quanto periodicamente, no ato de sua utilização na execução da obra.

9.5. Indicar o destino da descarga dos materiais inservíveis provenientes da execução da obra.

9.6. Atestar a execução da obra objeto de contrato futuro por meio do Requiritante.

9.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no futuro contrato.

SEÇÃO X – DOS ENCARGOS DA VENCEDORA

10.1. A licitante vencedora ficará obrigada a:

a) responsabilizar-se por todos os encargos sociais, inclusive os trabalhistas, acidentários e previdenciários decorrentes das relações com seus empregados, como também por todas as despesas realizadas para a execução do objeto deste contrato, tais como exemplificadamente:

- I)** salários;
- II)** seguros de acidentes;
- III)** taxas, impostos e contribuições;
- IV)** indenizações;
- V)** vales-refeição;
- VI)** vales-transporte;
- VII)** outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Governo e;
- VIII)** etc.

b) responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato do Município fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

c) assumir a responsabilidade por danos causados diretamente a bens de propriedade do Município, inclusive quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto contratado;

d) substituir, no todo ou em parte o material, que não corresponder às especificações ou apresentar baixa qualidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação;

e) cumprir os prazos e condições previstas nesta Tomada de Preços e seus anexos;

f) comunicar o Município, formalmente, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários, e/ou solicitados pelo Município;

g) arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições do ato convocatório, bem como de infrações praticadas, na execução do contrato;

h) apresentar os documentos fiscais em conformidade com o estabelecido nesta licitação;

i) indicar, formalmente, o responsável técnico pelo acompanhamento da execução da obra e o preposto credenciando-o para a manutenção de contatos, durante a execução do contrato, com o representante do Município;

j) manter, durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Edital.

k) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município;

l) fornecer às pessoas por ela recrutadas para executar o contrato e dela exigir o uso de uniforme, crachás bem como todos os equipamentos de proteção individual e segurança exigido pela CLT;

m) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos quando da execução do contrato, ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Município;

n) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

o) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato;

p) não veicular publicidade acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município;

q) carregar, transportar e descarregar os resíduos provenientes das atividades da obra objeto deste contrato, bem como proceder à limpeza geral da área;

r) somente iniciar a obra/serviços após a indicação do nome e dos meios de localização do responsável técnico e de seu preposto, da assinatura do contrato, da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.), devidamente recolhida junto ao CREA,



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

do recebimento da ordem de serviço;

s) executar a obra/serviços e empregar materiais, de acordo com as condições estabelecidas na proposta e neste contrato, devendo os mesmos ser de primeira qualidade, novos e com rígida observância às prescrições das normas técnicas da ABNT concernentes ao tipo de material ou serviço, bem como às normas de concessionárias de serviços públicos, normas Municipais e do Corpo de Bombeiros, assim como também às exigências de instalação dos fabricantes dos materiais e equipamentos previstos;

t) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nos serviços e instalações;

u) adotar como base de cálculo, para qualquer alteração, tanto para acréscimo, como para diminuição de obras, serviços e instalações decorrentes das citadas modificações, os preços unitários constantes da planilha de custos da proposta da vencedora;

v) comparecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas no local da obra, após comunicação pelo Município de qualquer anormalidade relativa ao material oferecido ou da obra, durante a garantia dos mesmos, para verificação da anormalidade, acordando junto à área técnica do Município, formalmente, o menor prazo possível para sua regularização;

w) fornecer as placas da obra (conforme CREA), placas de sinalização e orientação necessárias, conforme legislação municipal e/ou estadual;

10.2. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos estabelecidos nesta seção, não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste edital, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o MUNICÍPIO.

SEÇÃO XI – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados de acordo com o [Anexo VII – Projeto Básico](#).

SEÇÃO XII – DAS GARANTIAS

12.1. As empresas deverão comprovar a efetivação da garantia de participação correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação. Para tanto, deverão:

a) realizar a caução em uma das modalidades elencadas no item **12.4**.

b) apresentar o original do comprovante dessa caução junto com documentação relacionada no Anexo IX – Exigências para Habilitação, dentro do Envelope nº 01-DOCUMENTAÇÃO no dia marcado para sessão pública referente ao certame.

12.2. A garantia de participação será devolvida depois de expirado o prazo e julgados todos os recursos administrativos referente ao certame.

12.2.1 Para devolução da garantia mencionada no item anterior, a empresa interessada deverá protocolizar o seu pedido na Seção de Protocolo do Município, o qual será processado em até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

12.3. Será exigida da licitante vencedora a apresentação, de comprovante de prestação de garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global de sua proposta, com validade por no mínimo 30 (trinta) dias além da vigência contratual a fim de assegurar as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela futura contratada.

12.4. **Ambas as garantias** deverão ser oferecidas por meio de uma das seguintes modalidades:

12.4.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

12.4.1.1 Neste caso a licitante deverá recolher, através de depósito identificado, o valor referente à garantia, na conta poupança n.º 24.872-X, agência 0514-2, Banco do Brasil, de titularidade do Município. O referido depósito deverá ser identificado com a Razão Social da empresa depositante, número e modalidade da licitação. No caso da garantia para participação, o **valor deverá ser recolhido até as 15h00 horas do dia útil que antecede a sessão pública**.

12.4.2. seguro-garantia;

12.4.3. fiança bancária.

12.6. A futura contratada, após a entrega da obra, consubstanciada pelo Termo de Recebimento Definitivo, deverá solicitar a devolução da garantia, protocolando seu pedido na Seção e Protocolo do Município, o qual será processado em até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

12.7. Não será aceita compensação para complementação das garantias de participação e contratação.

SEÇÃO XIII - DO REAJUSTE

13.1. Os preços previstos no futuro contrato será irremovíveis, salvo disposição contida no artigo 65, inciso II, letra “d” e parágrafo 6º da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XIV- DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

14.1.1. Multa diária de 1% (um por cento) até o 30º dia, e de 2% (dois por cento) a partir do 31º dia, por atraso injustificado na execução dos serviços.

14.1.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato (inclusive às obrigações trabalhistas e previdenciárias) à CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor dos serviços não entregues e inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEI).

14.2. O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, e os pagamentos futuros pela diferença, se houver.

14.3. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar para o Município.

14.4. O não cumprimento das obrigações assumidas no futuro contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizam, desde já, o Município rescindir, unilateralmente o contrato, independentemente de interposição judicial, sendo aplicável, ainda o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

14.5. A adjudicatária se sujeita a sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no Decreto Municipal nº 62 de 22 de setembro de 1993.

14.6. No caso de rescisão administrativa unilateral, a adjudicatária, reconhecerá os direitos do Município em aplicar as sanções previstas na Tomada de Preços, no contrato e na legislação que rege esta licitação.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SEÇÃO XV – DOS RECURSOS

- 15.1.** Somente serão aceitos recursos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, os quais deverão ser protocolizados no local citado no preâmbulo do Edital, dirigido a Comissão Permanente de Licitações, quando se tratar de habilitação e/ou inabilitação, classificação e/ou desclassificação.
- 15.2.** Após cada fase da licitação, os autos do processo ficam automaticamente à disposição dos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos na Divisão de Licitação e Contratos.
- 15.3.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 15.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.5.** Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser protocolizado no Setor de Protocolo, na Praça Cornélio Procópio, 90 – Centro.
- 15.6.** Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Licitação e Contratos, na Divisão de Licitação e Contratos – Rua Cel. Procópio de Carvalho, nº 327 (piso superior) – Centro – Porto Ferreira/SP – CEP: 13660-009.
- 15.7.** Dos atos das demais autoridades neste processo licitatório cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8666/93, nos prazos e termos estabelecidos no mencionado dispositivo.

SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.** As condições estabelecidas na presente Tomada de Preços farão parte do Contrato, independentemente de sua transcrição no mesmo.
- 16.2.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa a presente Tomada de Preços.
- 16.3.** Para garantir o princípio da publicidade que visa conceder a qualquer interessado as facultades de participação e de fiscalização dos atos da licitação, a divulgação dos atos relativos a esse certame se comportará da seguinte forma:
- 16.3.1.** A imprensa oficial, citada no Edital, é o jornal de circulação semanal no Município, que é o veículo oficial de divulgação da Administração Pública Municipal.
- 16.3.2.** O Edital será fixado no quadro de avisos de amplo acesso público no átrio do Paço Municipal no endereço citado no preâmbulo.
- 16.4.** A Comissão Permanente de Licitações foi designada através de Portaria Municipal, a qual, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta, desde que não contrarie a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.5.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.6.** Fica eleito o foro da Comarca de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do futuro contrato e que não possa ser resolvida por comum acordo entre as partes.
- 16.7.** O Município de Porto Ferreira não se responsabiliza pelos envelopes “DOCUMENTAÇÃO”, “PROPOSTA COMERCIAL”, ou quaisquer outros documentos, enviados através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos transportadores ou empresas de ônibus ou por qualquer outro meio de transporte, caso cheguem atrasados ou violados a Seção de Comunicações (Protocolo).

SEÇÃO XVII – DA IMPUGNAÇÃO

- 17.1.** Qualquer cidadão poderá impugnar o edital no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes.
- 17.2.** Decaía do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder as aberturas dos envelopes.
- 17.3.** As respostas às impugnações serão feitas no prazo legal.
- 17.4.** A peça de impugnação deverá ser assinada com a identificação do requerente e devidamente protocolizada na Seção Protocolo do Município localizado no endereço Praça Cornélio Procópio, nº 90 Centro-Porto Ferreira CEP 13.660-009.
- 17.5.** Não serão aceitas impugnações transmitidas via fax, e-mail ou qualquer outro meio distinto daquele descrito no item 17.4
- 17.6.** Caberá a Divisão de Licitação e Contratos encaminhar o pedido de providências, decidir a impugnação ou a consulta apresentada, no prazo de vinte e quatro horas.
- 17.7.** Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XVIII – DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 18.1.** Os interessados poderão obter esclarecimentos sobre a presente licitação através do e-mail editais@portoferreira.sp.gov.br, na conformidade do art. 40, inciso VIII, da Lei 8.666/93.
- 18.2.** Não sendo solicitadas informações e/ou esclarecimentos, presumir-se-á que os elementos deste Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados nesta licitação.

Porto Ferreira, 22 de agosto de 2019

Rômulo Luís de Lima Ripa
Prefeito



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I – Proposta Comercial E Planilha De Custos # Papel Timbrado da Empresa

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 - TOMADA DE PREÇOS nº 09/2019

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL (se pessoa jurídica) ou NOME (se pessoa física):	
CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL (se pessoa jurídica) e CPF e RG :	
ENDEREÇO COMPLETO:	
TELEFONE:	e-mail da empresa:*

1. OBJETO:

- 1.1. Execução de obra de reforma em duas Unidades de Saúde.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 A PROPONENTE declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como de todos os Anexos que o integram. Declara ainda, que o objeto ofertado atende plenamente aos requisitos da licitação referida em epígrafe.

3. PRAZOS E LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 Locais:

- Item 01)** USF “Elza Falco Paschoanelli” - Rua Maria Augusta Afonso Borelli, s/nº - Bairro Jardim Anésia. Execução em até 150 (cento e cinquenta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço.
- Item 02)** UBS “Mosart Baggio” - Rua Ernesto Botigelli S/N - Jardim Águas Claras. Execução em até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço

4. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:

- 4.1 **ITEM 01)** R\$..... (em algarismo e por extenso)
- 4.1 **ITEM 02)** R\$..... (em algarismo e por extenso)
- 4.2 Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.
- 4.3 O objeto ofertado atende plenamente os descritivos constantes no Projeto Básico, parte integrante do Edital.
- 4.4. O preço proposto é fixo e irrevogável e contempla materiais, todas as despesas (mão-de-obra, transporte, equipamentos, instalações, tributos) que o compõem, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) e quaisquer despesas, diretas e indiretas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto desta licitação;
(No preço unitário dos itens, SOMENTE SERÃO CONSIDERADAS 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais)

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 5.1 **ITEM 01:** Em até **05 (cinco) dias**, após a correta emissão da nota fiscal, a qual será conferida e atestada pelo Requisitante. após as **medições mensais**.
- ITEM 02:** Em até **05 (cinco) dias**, após a correta emissão da nota fiscal, a qual será conferida e atestada pelo Requisitante. após as **medições mensais**.

6. PRAZO DE GARANTIA

- 6.1. **ITEM 01:** Garantia de ... (...) meses após a finalização para futuras correções. Todos os materiais que se apresentar com defeito, serão substituídos por completo. >> *mínimo 12 (doze) meses* <<
- ITEM 02:** Garantia de ... (...) meses após a finalização para futuras correções. Todos os materiais que se apresentar com defeito, serão substituídos por completo. >> *mínimo 12 (doze) meses* <<

7. DIVERSOS:

- 7.1. A validade da proposta comercial será de (.....) dias, contados a partir da data da sessão pública do Edital.
Prazo não inferior a 60 (sessenta) dias###
- 7.2. Desde já declaramo-nos cientes de que o MUNICÍPIO procederá à retenção de impostos nas hipóteses previstas em lei.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8. **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO*:**

Nome:	
Cargo:	
CPF:	RG:
Data de Nascimento:	
Endereço residencial completo:	
e-mail pessoal do representante:	Tel.:

CARIMBO CNPJ

..... de de

.....
Nome completo do representante
Cargo, RG e CPF do representante

Observações: a) apresentar juntamente com a Proposta Comercial, também a Planilha de Custos detalhados e o Cronograma físico-financeiro da execução do serviço.
b) Datar, carimbar e rubricar todas as folhas.

Para inclusão no Termo de Ciência e Notificação que será enviado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é necessário informar todos os dados relacionados referentes ao representante que assinará o Contrato.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO II – Minuta De Carta De Credenciamento

Papel Timbrado da Empresa

Tomada de Preços nº 09/2019 – Processo 13.816/2019

A empresa(razão social), com sede em(endereço da empresa) CNPJ., por seu representante legal abaixo identificado, credencia o Sr., RG, (órgão expedidor), CPF, para representá-la perante o Município de Porto Ferreira nos atos relacionados a esse certame, podendo para tanto, manifestar intenção em interpor recursos, desistir do direito de os interpor, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, *requerer*, alegar e assinar o que convier e praticar todos os atos necessários ao perfeito desempenho do presente certame.

(local e data, nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal responsável pela outorga)

OBS: ANEXAR – ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO III – Declaração De Cumprimento Do Disposto No Inciso Xxxiii Do Art. 7ª Da Constituição Federal

Papel Timbrado da Empresa

Tomada de Preços nº 09/2019 – Processo 13.816/2019

A empresa, CNPJ
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., RG e CPF
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de
aprendiz, a partir de quatorze anos.

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO IV – Minuta De Declaração De Que A Empresa Não Está Impedida De Participar Em Licitações

Papel Timbrado da Empresa#

Tomada de Preços nº 09/2019 – Processo 13.816/2019

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, RG _____ e CPF _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Declara ainda que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas deste Edital.

(a) _____
Data, nome e número da identidade do declarante.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO V - Minuta De Declaração De Atendimento Às Exigências De Habilitação Prévia – Especifica Para Microempresa (Me), Microempreendedores Individuais Ou Empresa De Pequeno Porte (Epp)

Papel Timbrado da Empresa

Tomada de Preços 09/2019 - Processo: 13.816/2019

A _____ (nome da licitante) _____, qualificada como microempresa (ou microempreendedor individual ou empresa de pequeno porte) por seu representante legal (doc. Anexo), inscrita no CNPJ sob nº..., com sede à _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002.

Declara ainda que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas deste Edital. (, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, que serão provados em até 05 (cinco) dias após a declaração de vencedor do certame, nos termos do autorizado pelo artigos 42 e 43 da Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e atualizada pela Lei Complementar 147/2014). *

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me

_____(Local)_____, _____(Data)_____

(Assinatura do Representante Legal)

*** utilizar esta exceção apenas se houver restrição na Regularidade Fiscal da licitante.**



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VI - Minuta De Declaração De Porte De Empresa

Papel Timbrado da Empresa#

Tomada de Preços nº 09/2019 - Processo: 13.816/2019

A _____ (nome da licitante) _____, qualificada como microempresa (microempreendedor individual ou empresa de pequeno porte), por seu representante legal (doc. Anexo), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, declara para os devidos fins de direito que pretende postergar a comprovação da regularidade fiscal em até 05 (cinco) dias após a declaração de vencedor do certame e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me

_____(Local)_____, _____(Data)_____

(Assinatura do Representante Legal)



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VII - Projeto Básico

1 OBJETO:

1.1 Execução de obras de reformas na Unidade da Saúde da Família (USF) “Elza Falco Paschoanelli” à Rua Maria Augusta Afonso Borelli, s/nº - Bairro Jardim Anésia e na Unidade Básica de Saúde UBS “Mosart Baggio” - Rua Ernesto Botigelli S/N - Jardim Águas Claras.

1.2 A característica e quantidade dos serviços estão relacionadas nos arquivos anexos no formato PDF, denominados “Memorial Descritivo” e “Planilha Orçamentária” para cada um dos itens.

2 JUSTIFICATIVA

A USF necessita de reparos urgentes, tendo em vista que todos os sanitários estão com seu revestimento soltos e podendo vir a ocasionar acidentes com os usuários dos mesmo. Será necessário também uma revisão geral da parte elétrica, pois a mesma apresenta falhas no sistema e como a unidade de saúde faz atendimentos noturnos é de suma importância essa manutenção na rede elétrica. Os banheiros PNE estão fora de norma, portanto serão necessários reforma para deixá-los adequados para os usuários que necessitam dos mesmos. Serão trocadas as portas de entrada, pois as mesmas estão deterioradas, sendo necessário sua troca para dar mais conforto e segurança para o local. E por fim será executado pintura em todo o prédio para deixá-lo mais agradável e levar mais conforto para os usuários do prédio. Já a UBS encontra-se em estado precário e, por isso mesmo, encontra-se fechada no momento. A Secretaria de Saúde irá reabrir a Unidade Saúde, porém a mesma encontra-se com problemas em seu telhado sendo necessário a troca parcial do mesmo. Serão necessários reparos nas paredes da unidade para posteriormente execução de pintura total na unidade para deixar a mesma novamente em uso para a população e os funcionários.

3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão realizados, mediante crédito em conta corrente da adjudicatária por ordem bancária, em até **05 (cinco) dias**, após a correta emissão da nota fiscal par ao item 01 e em até 05 (cinco) dias, após a correta emissão da nota fiscal para o item 02.

3.1.1 As notas fiscais somente poderão ser emitidas após verificação da realização dos serviços contratados através da apresentação de **medições mensais** dentro dos cronogramas físicos-financeiros.

3.1.2. As medições deverão ser entregues na Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente que atestará e autorizará a emissão das Nota(s) Fiscal(ais).

3.1.3. As notas fiscais só serão aceitas se a empresa apresentar todos os documentos necessários, tais como: planilha de medição apresentando os serviços executados, certidões, relatório fotográfico, diário de obra.

3.2 Para pagamento do objeto contratual a proponente vencedora deverá emitir **Nota Fiscal Eletrônica**, mediante acesso ao sistema informatizado, de acordo com o disposto no Decreto Federal 6.022 de 22/01/2007 e Ajuste SINIEF 11 de 26/09/2008.

3.3 As medições deverão ser discriminadas e apresentadas na forma de planilha, identificando os itens de acordo com a proposta inicial.

3.4 A vencedora indicará no corpo da nota fiscal o número da licitação, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

3.5 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá após a data de sua correta reapresentação.

3.6. Em face do disposto no art. 71, § 2º da Lei 8.666/93, com a redação da Lei 9.032/95, serão observadas por ocasião de cada pagamento as disposições do art. 31 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, na sua redação atual e orientações vigentes expedidas pelo INSS.

3.7 Por ocasião da emissão da nota fiscal, a adjudicatária deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio de guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações a Previdência Social-GFIP e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas..

3.7.1 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e o pessoal alocado para esse fim, devendo a relação nominal coincidir com as constantes das guias de recolhimento.

3.8 Para o pagamento dos serviços executados deverão ser observadas as normas municipais em vigor, relativas ao I.S.S.Q.N. sobre os serviços prestados.

3.9 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

3.10 O pagamento da última fatura estará vinculado à apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND da obra.

3.11 Os pagamentos efetuados em atraso sofrerão a correção monetária e os juros legais, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. Também poderão ocorrer compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

3.12 Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da futura contratada, que serão depositados pelo Município em conta vinculada específica, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008.

3.12.1 Os valores provisionados na forma item acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 3.12.1.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao futuro contrato, quando devido;
- 3.12.1.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao futuro contrato;
- 3.12.1.3 Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao futuro contrato e
- 3.12.1.4 Ao final da vigência do futuro contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

4 EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL

4.1. O prazo de execução deverá ser executado nos prazos abaixo, contados do recebimento da Ordem de Serviço pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente:

Item 01) USF “Elza Falco Paschoanelli” - Rua Maria Augusta Afonso Borelli, s/nº - Bairro Jardim Anésia. Execução em até 150 (cento e cinquenta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço.

Item 02) UBS “Mosart Baggio” - Rua Ernesto Botigelli S/N - Jardim Águas Claras. Execução em até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço

- a) Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes no art. 57 da Lei n. 8.666/1993, a Adjudicatária deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

4.2 Recebida a Ordem de Serviço, o objeto deverá ter a sua execução iniciada em, no máximo, **05 (cinco)** dias úteis.

5 ITEM ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Edital estão a cargo dos Elementos Orçamentários abaixo relacionados e não contemplam, Transferências e Convênios Federais – Comunicado SDG 28/17.

Item 01

Secretaria de Saúde	R\$ 130.010,18	08.01	2318	4.4.90.51.99	10.301.1010.1.124	301.0000	08
---------------------	----------------	-------	------	--------------	-------------------	----------	----

Item 02

Secretaria de Saúde	R\$ 54.796,28	08.01	1076	4.4.90.51.99	10.301.1010.1.124	301.0000	01
---------------------	---------------	-------	------	--------------	-------------------	----------	----

6 RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 O recebimento do objeto será realizado pelo Requisitante, através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, ao considerar a obra concluída, atestando o Recebimento Provisório.

6.2 Observadas todas as exigências estabelecidas, dentro do prazo de 90 (noventa) dias do recebimento provisório, e não havendo nenhuma pendência a ser solucionada, uma Comissão designada pelo Executivo Municipal, atestará o recebimento definitivo da obra, mediante termo circunstanciado.

6.3. O aceite só será avaliado, após a empresa comunicar que finalizou a execução e apresentar o último BM para fiscalização final, bem como relatório fotográfico dos trabalhos realizados e diário de obra conforme especificado no item 3.1.3.

7 NORMAS

7.1. Na execução do objeto contratado deverá ser observado, pela PROPONENTE vencedora, o que estabeleçam:

- a) As normas e regulamentações do MUNICÍPIO;
- b) As Normas Brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que couber e em conformidade com as edições mais recentes;
- c) Normas estabelecidas no Edital e seus anexos
- d) Demais condições e/ou normas aplicáveis à matéria.
- e) Normas e Regulamentações expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO em conformidade com as edições mais recentes;
- f) o Código Civil Brasileiro;
- g) o Código do Consumidor.

8 ENCARGOS ESPECÍFICOS DA FUTURA CONTRATADA

8.1. Além dos encargos estabelecidos no Edital, a futura contratada fica obrigada ainda a:

- a) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do Município;
- b) manter o número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados.
- c) autorizar a abertura de conta vinculada ao futuro contrato, nos termos das Instruções Normativas do Ministério do Planejamento, na qual serão feitas as provisões para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores que vierem a ser contratados;
- d) autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração mensal não paga pela empresa adjudicatária, quando houver retenção de faturas por inadimplência ou não apresentação de certidões;
- e) prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global de sua proposta com validade mínima de 30 (trinta) dias além da vigência do futuro contrato a fim de assegurar as



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não horadas pela futura contratada.

- f) Providenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviços, o que ocorrer por último:
- Abertura e manutenção de sede, filial ou escritório no local da prestação de serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração Pública, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados.
 - Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e senha para acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias para todos os empregados que vier a contratar.
 - Fixação de domicílio bancário dos empregados terceirizados no Município de Porto Ferreira.
 - i. A comprovação da realização de todos os itens acima deverá ser apresentada, no prazo estipulado neste item, diretamente a solicitante, Gestor do Contrato.
- g) garantir a solidez, segurança e perfeição das obras e serviços que forem por ela executados,
- h) garantir os trabalhos executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após a finalização, para futuras manutenções que porventura possam acontecer por má qualidade do material ou má execução dos serviços.
 - i. Todos os materiais que se apresentar com defeito, terão que ser substituídos por completo, não sendo permitido somente a sua manutenção.
- i) quando a prestação dos serviços envolver utilização de veículos, a futura contratada deverá promover sua identificação.
 - i) Na identificação a que se refere o item anterior, deverá constar o nome da empresa prestadora e o nome do órgão da administração para o qual o serviço está sendo realizado.
 - ii) A identificação obrigatoriamente deverá ser fixada nas laterais dos veículos.
 - ii) Não será permitido o uso de identificação móvel.

9. VISTORIA TÉCNICA

9.1. As proponentes que desejaram **poderão**, as suas expensas, vistoriar e examinar os locais onde os serviços serão executados, suas dependências e toda a infraestrutura, bem como obter, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para preparar a proposta.

9.1.1. No caso da proponente optar pela não realização da visita, deverá apresentar somente a folha 3/3 do **Anexo XI (Declaração de conhecimento das condições de execução)**, declarando formalmente que detém todas as informações relativas ao fornecimento dos materiais e a execução dos serviços e que, ainda, não alegará posteriormente desconhecimento para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que venha celebrar, caso a empresa seja declarada a vencedora.

9.1.2. Caso a proponente opte pela realização da Vistoria, será necessário proceder ao agendamento prévio da data da realização da vistoria diretamente na **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E MEIO AMBIENTE - Avenida João Martins da Silveira Sobrinho, nº 653 – Jardim Primavera - Telefone: (019) 3589 3600**

9.1.2.1. No dia agendado a empresa se fará representar apresentando a Solicitação de Credenciamento de funcionário pertencente ao seu quadro permanente, devidamente acompanhada da prova do vínculo com a empresa e que será responsável pela realização da referida vistoria (fls 1/3) e a Declaração de Vistoria (fls 2/3) - (**Anexo XI**).

9.1.2.2. Após realizada a visita, a Secretaria devolverá a Declaração de Vistoria (fls. 2/3) atestando a realização da visita, o qual deverá ser apresentado junto com a Documentação estabelecida no Anexo IX - Exigências para Habilitação

10. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE

10.1. As interessadas deverão, através da apresentação de atestado(s), possuir *capacidade técnica profissional* conforme estabelecido no item 1.4. do **Anexo IX**.

11. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E RETIRADA DA O.S.

11.1 A licitante vencedora deverá assinar o Contrato, dentro de 05 (cinco) dias úteis, da convocação, junto a Divisão de Licitação e Contratos – Rua Cel. Procópio de Carvalho, nº 327 (piso superior) – Centro – Porto Ferreira/SP – CEP: 13660-009.

11.1.1. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

11.1.1.1. A recusa da licitante vencedora em assinar o Contrato sem motivo justificado e aceito pelo Município, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da proposta, além de outras sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei Federal nº 11.666/93.

11.1.2. No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

11.1.2.1. instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

11.1.2.2. caso já estejam com o prazo de validade expirado, as seguintes certidões apresentadas na fase de habilitação deste certame:



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 11.1.2.2.1.** prova de regularidade relativa a Seguridade Social, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou Receita Federal do Brasil;
- 11.1.2.2.2.** prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.
- 11.1.2.3.** As MEs MEIs e EPPs deverão apresentar também documento da Junta Comercial do Estado ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas comprovando a esta condição.
- 11.2.** Após a assinatura do contrato, a empresa terá até 05 (cinco) dias para apresentar a garantia estabelecida na Seção XII do Edital.
- 11.3.** No ato da retirada da Ordem de Serviço (O.S.) na S.I.O.M.A., a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- 11.3.1.** A indicação do responsável técnico pelo acompanhamento da execução da obra e o preposto que a representará no local dos trabalhos;
- 11.3.2.** a relação nominal dos funcionários utilizados na execução da obra com respectiva identificação, bem como prova do vínculo empregatício de cada um dos funcionários com a empresa;
- 11.3.3.** A guia de recolhimento do ART.
- 11.4.** Não apresentados os documentos no prazo estipulado sem motivo justificado, será entendido como recusa da assinatura do contrato, aplicando-se o disposto no item **11.1.1.1.**
- 11.5.** Os documentos solicitados deverão ser apresentados no original ou em cópia autenticada.

12 ARQUIVOS ADICIONAIS QUE COMPÕE O PROJETO BÁSICO.

- 12.1.** Compõe ainda o presente Anexo os seguintes arquivos em [PDF](#):

Item 01) Elza Falco

- a) BDI;
b) Cronograma Físico-Financeiro
c) Memorial Descritivo,
d) Planilha Orçamentária e
e) Projeto Básico.

Item 02) Mosart Baggio

- a) BDI;
b) Cronograma Físico-Financeiro
c) Memorial Descritivo,
d) Planilha Orçamentária e
e) Projeto Básico.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VIII - Declaração De Disponibilidade De Equipamentos E Pessoal Técnico

Papel Timbrado da Empresa

Tomada de Preços nº 09/2019 - Processo: 13.816/2019

A empresa, CNPJ/MF nº, com sede na, por seu representante legal, o(a) Sr(a), RG e CPF, **DECLARA** para os fins de direito e sob as penas da lei, que por ocasião da assinatura do contrato, disponibilizará as máquinas e equipamentos bem como o pessoal técnico, abaixo relacionado, necessários à perfeita execução do objeto desta Tomada de Preços. Declara, ainda, que as máquinas e os equipamentos necessários e abaixo elencados, serão fornecidos em perfeitas condições de uso, de tal modo a não comprometer o bom andamento dos serviços a serem executados.

Máquinas e Equipamentos:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO

Pessoal Técnico:

NOME

(localidade), dede

.....
Assinatura do representante legal e cargo



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO IX – Exigências Para Habilitação

1. Para a habilitação junto ao MUNICÍPIO, a PROPONENTE deverá apresentar os seguintes documentos:

1.1 Quanto ao Cadastramento

1.1.1 Certificado de Registro Cadastral em vigência – C.R.C. do Município de Porto Ferreira ou protocolo de solicitação de cadastramento, nos moldes estabelecidos no item 3.2.1.2. e respeitado o teor dos itens 6.1.1.4.1. e 6.1.1.4.2. do Edital.

1.2 Quanto a Habilitação Jurídica

1.2.1 registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a) Os documentos mencionados acima deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com objeto desta licitação.

1.2.3 inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de nomeação da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;

1.2.4 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2.5 Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, em se tratando de MEIs com todas as alterações posteriores, se houver, registradas no órgão competente, quando exigido, no qual conste que atividade pleiteada no credenciamento está expressamente prevista em seu objeto social

1.3 Quanto a Regularidade Fiscal e Trabalhista:

1.3.1 Provas de inscrição:

a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

b) no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da PROPONENTE, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.2. Provas de regularidade através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, relativas:

a) aos tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;

b) aos tributos estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

c) aos tributos mobiliários - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) - expedida pelo Município em que estiver situada licitante;

d) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.

e) à Justiça do Trabalho expedida pelos órgãos competentes, que poderão ser obtidas através do site <http://www.tst.jus.br/web/quest/certidao>.

1.3.3 As Microempresas (MEs), Microempreendedores Individuais (MEIs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) deverão cumprir as exigências habilitatórias relativas à regularidade fiscal e trabalhista apresentando-as no envelope “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”, mesmo que haja alguma restrição.

1.3.4 Havendo restrição na comprovação, serão assegurados 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo o prazo inicial corresponde ao momento que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período em havendo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, nos termos do § 1.º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.3.5 A não regularização, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assunção ao objeto, ou revogar a licitação, nos termos do artigo 43, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006

1.4 Quanto a Qualificação Técnica:

1.4.1. Certidões de registro ou inscrições da pessoa jurídica e de TODOS profissionais do seu quadro técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);

1.4.2. Atestado de capacidade *técnico profissional* comprobatório de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior, que tenha sido responsável técnico pela execução dos serviços de características compatíveis ao objeto da presente licitação, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

a) Quando se tratar de dirigentes ou sócio proprietários da empresa, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembléia referente à sua investidura no cargo ou do contrato social;

b) A comprovação do vínculo empregatício do profissional relacionado neste item será feita mediante apresentação da cópia da Carteira Profissional do Empregado onde consta a qualificação e da Ficha ou Livro de Registro de Empregados, ou ainda por contrato de prestação de serviços.

1.4.3 Caso a empresa opte pela realização da “Visita Técnica”, deverá apresentar a fls 2/3 do Anexo XI, comprovando a realização da Vistoria, conforme estabelecido no item 9 do Projeto Básico.

1.4.4. relação explícita das máquinas, equipamentos e pessoais técnicos especializados considerados



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

essenciais para o cumprimento do objeto da licitação e, declaração formal da sua disponibilidade na ocasião da assinatura do contrato, observando para isso, as condições físicas locais, conforme modelo estabelecido no **ANEXO VIII**.

- 1.4.4.1.** Os profissionais indicados pela proponente para fins de comprovação da capacidade técnica, deverão participar efetivamente da obra ou serviço, admitindo sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato.
- 1.4.5.** Comprovação de que a licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos – 1.095 dias - na prestação de serviços terceirizados, **compatíveis com o objeto licitado**, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura deste certame.
- 1.4.5.1.** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
- 1.4.5.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos.

1.5 Qualificação Econômico-Financeira:

1.5.1 Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da PROPONENTE que esteja dentro do prazo de validade.

1.5.1.1. As proponentes que estiverem em processo de recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

1.5.2 Comprovação de capital mínimo **para cada um dos itens que apresentar proposta**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação das propostas, na forma da Lei, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, conforme abaixo:

Item 01	USF "Elza Falco Paschoanelli" - Rua Maria Augusta Afonso Borelli, s/nº - Bairro Jardim Anésia.	R\$ 13.001,01 (Treze Mil, Um Real e Um Centavo)
Item 02	UBS "Mosart Baggio" - Rua Ernesto Botigelli S/N - Jardim Águas Claras.	R\$ 5.479,62 (Cinco Mil, Quatrocentos e Setenta e Nove Reais e Sessenta e Dois Centavos)

1.5.3 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou de outro indicador que o venha substituir.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

a2) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

a3) demais empresas:

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante** ou em outro órgão equivalente ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

a1) O balanço emitido via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, será aceito devidamente autenticado, mediante recibo de entrega emitido pelo sped.

b) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo **igual a 1 (um)** e Patrimônio Líquido (PL) **superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$PL = \frac{\text{VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}{\text{VALOR TOTAL DOS CONTRATOS}} \times 12 > 1$$

(transferir Valor Total apurado no Anexo XII)



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- c1) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- c1.1) Caso o memorial não seja apresentado, a **Comissão Permanente de Licitações** reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- c1.2) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- 1.5.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), na forma da Lei, contendo detalhadamente Receita Bruta, Receita Líquida, Lucro Bruto, Resultado Operacional Líquido, Resultado Antes IR CS e Resultado Líquido
- 1.5.5. Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura desta Tomada de Preços, conforme modelo constante no [Anexo XII](#).
- 1.5.6 Comprovante da realização da caução de participação conforme estabelecido na Seção XII do Edital. **Para cada um dos itens que apresentar proposta**, (válida por 30 (trinta) dias além da validade da proposta).

A adoção das fórmulas supra, justifica-se na busca dos resultados, consistentes na apuração da situação econômico-financeira das empresas. Por meio destes indicadores é perfeitamente possível verificar a disponibilidade de recursos que as empresas possuem, e, ao mesmo tempo, avaliar a capacidade para cumprir a execução da futura contratação, pois, incumbirá à contratada antecipar seus próprios recursos, para executar o objeto da licitação, com posterior pagamento. Além disso, todos os indicadores são hábeis a demonstrar a posição financeira da empresa, permitindo a verificação das possibilidades de execução do futuro contrato, no que tange aos encargos econômicos que ficarão sob sua responsabilidade e, inclusive, para cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 088/2014 – MPT/PRT 15ª Região – PTM Araraquara.

1.6 Documentos Complementares:

- 1.6.1 declaração de que não existe em seu quadro, funcionários menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme minuta constante do [Anexo III- Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7ª da Constituição Federal](#).
- 1.6.2 declaração de que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública conforme modelo ([Anexo V](#) para MEs e EPPs ou [Anexo IV](#) para as demais empresas)
- 1.6.3 minuta de declaração de que está enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 – ([Anexo VI](#))
- 1.6.4 minuta de declaração para autorização para criação de conta vinculada para quitação de obrigações trabalhistas– ([Anexo XIII](#))
- 1.6.5. declaração de inexistência de parentesco com servidor público municipal nos quadros da empresa ([Anexo XIV](#)).

2. Os documentos apresentados nesta licitação deverão ser apresentados em original, em publicação em órgão de imprensa oficial, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório, ou ainda autenticada antecipadamente por servidor da Administração, mediante a apresentação do respectivo original.
- i. Serão aceitos documentos apresentados com autenticação digital desde que acompanhadas da respectiva Certidão de Autenticação Digital certificada por empresa devidamente licenciada pelo ICP-BRASIL (Infra-Estrutura De Chaves Públicas Brasileira), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/01
3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo nos casos em que as empresas que não possuem o C.R.C., **MAS ATENDEREM TODAS AS EXIGÊNCIAS PARA CADASTRAMENTO**. Na oportunidade deverão apresentar o protocolo da solicitação do cadastramento que será aceito pela CPL.
- 3.1 Ocorrendo da empresa participante deixar de atender qualquer um dos itens de cadastramento será, após devidamente diligenciado, considerada **INABILITADA** para os efeitos desta licitação, sem prejuízo da correção para recebimento do C.R.C.
4. Qualquer documento necessário à participação no presente certame licitatório, se apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
5. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os objetos da presente licitação.
6. A Comissão de Licitação diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos "sites" dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 180 (cento e oitenta) dias.
8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
9. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Comissão Permanente de Licitações considerará o proponente inabilitado.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO X - Minuta Do Contrato

Tomada de Preços n.º 09/2019

CONTRATO N.º 000/0000 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA E A EMPRESA xxxxxxxxxx PARA REFORMA EM UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

O **MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 45.339.363/0001-94, com Prefeitura situada na Praça Cornélio Procópio, n.º 90, Porto Ferreira, Estado de São Paulo, CEP: 13.660-009, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPPA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade número 45.962.674-7 - SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 350.575.978-33, doravante denominado **CONTRATANTE**, de um lado, e a empresa **xxx**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número **xxx**, com sede a Rua **xxx**, na cidade de **xxx**, Estado de **xxx**, representada por seu **cargo**, Sr. **xxx**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade número **xxx**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número **xxx**, na qualidade de vencedora da **Tomada de Preços** em epígrafe, nos termos da Lei Federal 8.666/93, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, observando-se o contido nos autos do processo n.º **13.816/2019**, que é parte integrante do presente instrumento como se aqui transcrito estivesse.

O presente contrato fundamenta-se:

- I - na Tomada de Preços n.º **09/2019**;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a) constem no Processo Administrativo n.º **13.816/2019**
 - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações da Lei Federal n.º 8.666/93;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1.- O presente contrato tem por objeto a execução de obra de reforma na **Unidade da Saúde da Família (USF) "Elza Falco Paschoanelli" à Rua Maria Augusta Afonso Borelli, s/nº - Bairro Jardim Anésia (item 01)**
Unidade Básica de Saúde UBS "Mozart Baggio" - Rua Ernesto Botigelli S/N - Jardim Águas Claras (item 02), conforme especificações constantes do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma e Projetos, constantes do Edital.
- 1.2.- O objeto decorrente desta licitação deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.
- 1.3 - O objeto da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões nos termos do parágrafo 1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 – A forma de execução do objeto será indireta, sob empreitada por preço global.
- 2.2 - O objeto desta licitação deverá ser executado em até **150 (cento e cinquenta) dias – item 01** ou **120 (cento e vinte) dias – item 02**, contados do recebimento da ordem de serviço.
 - 2.2.1- A execução dos serviços deverá ser iniciada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço.
- 2.2 - A **CONTRATADA** obriga-se a prestar os serviços, objeto do presente contrato, conforme especificações e condições estabelecidas, na proposta apresentada, e no Projeto Básico, partes integrante da **Tomada de Preços n.º 09/2019**, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no respectivo Edital.
- 2.3 Constatadas irregularidades na execução, a **CONTRATANTE** poderá:
 - 2.3.1 – rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações ou apresentar baixa qualidade, determinando sua adequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive com a reparação dos danos causados;
 - 2.3.2 - determinar sua complementação ou rescindir a contratação se houver diferença de quantidades ou de partes, sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive com a reparação dos danos causados;
- 2.4. As irregularidades deverão ser sanadas pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- 2.5 – determinar sua correção ou reconstrução, ficando por conta da **CONTRATADA** todas as despesas de materiais, mão-de-obra e equipamentos utilizados para esse fim.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.6 O recebimento será realizado pelo Requisitante, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato ao considerar o serviço concluído, expedindo-se Atestados de Recebimento definitivo (Ateste Nota Fiscal).

2.7 Só será emitido Atestado de Recebimento se atendidas às determinações deste contrato e seus anexos.

2.8 O recebimento definitivo não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos da obra executada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O preço pela tempestiva execução da obra e serviços objeto deste contrato, a ser cobrado pela **CONTRATADA**, importa em: **R\$ 00,00 (xxxx)**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1 O valor do presente contrato é de **R\$ 0,00 (xxxx)**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA** por ordem bancária, em **05 (cinco) dias**, após a correta emissão da nota fiscal, a qual será conferida e atestada pelo Requisitante.

5.1.1 A nota fiscal somente poderá ser emitida após verificação da realização dos serviços contratados através da apresentação de medições mensais dentro do cronograma físico-financeiro.

5.1.2. As medições deverão ser entregues na Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente que atestará e autorizará a emissão das Nota(s) Fiscal(ais).

5.1.3. A nota fiscal só será aceita se a empresa apresentar todos os documentos necessários, tais como: planilha de medição apresentando os serviços executados, certidões, relatório fotográfico, diário de obra.

5.2 A **CONTRATADA** deverá emitir **Nota Fiscal Eletrônica**, para pagamento do objeto contratual, mediante acesso ao sistema informatizado, de acordo com o disposto no Decreto Federal 6.022 de 22/01/2007 e Ajuste SINIEF 11 de 26/09/2008.

5.3 As medições deverão ser discriminadas e apresentadas na forma de planilha, identificando os itens de acordo com a proposta inicial.

5.4 A **CONTRATADA** indicará no corpo da nota fiscal o número da licitação, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

5.5 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento correrá após a data de sua correta reapresentação.

5.6. Em face do disposto no art. 71, § 2º da Lei 8.666/93, com a redação da Lei 9.032/95, serão observadas por ocasião de cada pagamento as disposições do art. 31 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, na sua redação atual e orientações vigentes expedidas pelo INSS.

5.7 Por ocasião da emissão da nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio de guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações a Previdência Social-GFIP e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.7.1 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e o pessoal alocado para esse fim, devendo a relação nominal coincidir com as constantes das guias de recolhimento.

5.8 Para o pagamento dos serviços executados deverão ser observadas as normas municipais em vigor, relativas ao I.S.S.Q.N. sobre os serviços prestados.

5.9 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.10 O pagamento da última fatura estará vinculado à apresentação, pela **CONTRATADA**, da Certidão Negativa de Débito - CND da obra.

5.11 Os pagamentos efetuados em atraso sofrerão a correção monetária e os juros legais, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. Também poderão ocorrer compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

5.12 Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da **CONTRATADA**, que serão depositados pela **CONTRATANTE** em conta vinculada específica, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008.

5.12.1 Os valores provisionados n a forma item acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

5.12.1.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

5.12.1.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 5.12.1.3** Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato e
- 5.12.1.4** Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6 - Os preços previstos no presente contrato serão irrealizáveis, salvo disposição contida no artigo 65, inciso II, letra “d” e parágrafo 6º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente contrato terá vigência de **150 (cento e cinquenta) dias – item 01** ou **120 (cento e vinte) dias – item 02**, contados do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.), ou até a consecução do objeto, valendo o que ocorrer primeiro.

7.2 - Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes no art. 57, da Lei n. 8.666/1993, a **CONTRATADA** deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DESPESA

8 - As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato está a cargo do Elemento Orçamentário abaixo relacionado e não contemplam, Transferências e Convênios Federais – Comunicado SDG 28/17:

Item 01

Secretaria de Saúde R\$ 130.010,18 08.01 2318 4.4.90.51.99 10.301.1010.1.124 301.0000 08

Item 02

Secretaria de Saúde R\$ 54.796,28 08.01 1076 4.4.90.51.99 10.301.1010.1.124 301.0000 01

CLÁUSULA NONA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

9.1 - Emitir a ordem de serviço, por meio de seu setor responsável, via formulário enviado por fac-símile, telefone, e-mail ou pessoalmente.

9.2 - Prestar informações e esclarecimentos que venham ser necessários para a **CONTRATADA**.

9.3 - Fiscalizar através do Requisitante os serviços contratados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

9.4 - Fiscalizar através do Requisitante, a qualidade dos materiais, tanto no depósito da **CONTRATADA**, quanto periodicamente, no ato de sua utilização na execução da obra.

9.5 - Indicar o destino da descarga dos materiais provenientes da execução da obra.

9.6 - Atestar a execução da obra ora contratada por meio do Requisitante.

9.7 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

10.1 – Caberá à **CONTRATADA**:

10.1.1 – responsabilizar-se por todos os encargos sociais, inclusive os trabalhistas, acidentários e previdenciários decorrentes das relações com seus empregados, como também por todas as despesas realizadas para a execução do objeto deste contrato, tais como exemplificadamente:

- salários;
- seguros de acidentes;
- taxas, impostos e contribuições;
- indenizações;
- vale-refeição;
- vale-transporte;
- outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Governo e;
- etc.

10.1.2 – Responder pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato da **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

10.1.3 – Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente a bens de propriedade da **CONTRATANTE**, inclusive quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto contratado.

10.1.4 – Substituir, no todo ou em parte o material, que não corresponder às especificações ou apresentar baixa qualidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação.

10.1.5 – Cumprir os prazos e condições previstas neste Contrato.

10.1.6 – Comunicar a **CONTRATANTE**, formalmente, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários, e/ou solicitados pela **CONTRATANTE**.

10.1.7 – Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições do ato convocatório, bem como de infrações praticadas, na execução do contrato.

10.1.8 – Apresentar os documentos fiscais em conformidade com o estabelecido neste contrato.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.1.9 – Indicar, formalmente o responsável técnico pelo acompanhamento da execução da obra, e o preposto credenciando-o para a manutenção de contatos, durante a execução do contrato, com o representante da **CONTRATANTE**.

10.1.10 - Manter, durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital.

10.1.11 - Fornecer às pessoas por ela recrutadas para executar o contrato e dela exigir o uso de uniforme, crachás de identificação bem como todos os equipamentos de proteção individual e segurança exigidos pela CLT.

10.1.12 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste contrato.

10.1.13 – Não veicular publicidade acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**.

10.1.14 – Carregar, transportar e descarregar os resíduos provenientes das atividades da obra objeto deste contrato, bem como proceder à limpeza geral da área.

10.1.15 - Somente iniciar a obra/serviços após a indicação do nome e dos meios de localização do responsável técnico e de seu preposto, da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.), devidamente recolhida junto ao CREA, do recebimento da ordem de serviço.

10.1.16 - Executar a obra/serviços e empregar materiais, de acordo com as condições estabelecidas na proposta e neste contrato, devendo os mesmos ser de primeira qualidade, novos e com rígida observância às prescrições das normas técnicas da ABNT concernentes ao tipo de material ou serviço, bem como às normas de concessionárias de serviços públicos, normas municipais e do Corpo de Bombeiros, assim como também às exigências de instalação dos fabricantes dos materiais e equipamentos previstos.

10.1.17 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nos serviços e instalações.

10.1.18 - Adotar como base de cálculo, para qualquer alteração, tanto para acréscimo, como para diminuição de obras, serviços e instalações decorrentes das citadas modificações, os preços unitários constantes da planilha de custos da proposta da **CONTRATADA**.

10.1.19 - Comparecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas no local da obra, após comunicação da **CONTRATANTE** de qualquer anormalidade relativa ao material oferecido ou da obra, durante a garantia dos mesmos, para verificação da anormalidade, acordando junto à área técnica da **CONTRATANTE**, formalmente, o menor prazo possível para sua regularização.

10.1.20 - Fornecer as placas da obra (conforme CREA), placas de sinalização e orientação necessárias, conforme legislação municipal e/ou estadual.

10.1.21 assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.1.22 assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato;

10.1.23 - autorizar a abertura de conta vinculada ao contrato, nos termos das Instruções Normativas do Ministério do Planejamento, na qual serão feitas as provisões para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores que vierem a ser contratados;

10.1.24 - autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração mensal não paga pela empresa adjudicatária, quando houver retenção de faturas por inadimplência ou não apresentação de certidões;

10.1.25 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do Município;

10.1.26 - manter o número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados.

10.1.27 - prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global de sua proposta com validade mínima de 30 (trinta) dias além da vigência contratual a fim de assegurar as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não horadas pela **CONTRATADA**.

10.1.28 - Providenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviços, o que ocorrer por último:

- i. Abertura e manutenção de sede, filial ou escritório no local da prestação de serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração Pública, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados.
- ii. Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e senha para acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias para todos os empregados que vier a contratar.
- iii. Fixação de domicílio bancário dos empregados terceirizados no Município de Porto Ferreira.
- iv. A comprovação da realização de todos os itens acima deverá ser apresentada, no prazo estipulado neste item, diretamente a solicitante Gestor do Contrato.

10.1.29 garantir a solidez, segurança e perfeição das obras e serviços que forem por executados,

10.1.30 garantir os trabalhos executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após a finalização, para futuras manutenções que porventura possam acontecer por má qualidade do material ou má execução dos serviços.

- i. Todos os materiais que se apresentar com defeito, terão que ser substituídos por completo, não sendo permitido somente a sua manutenção.

10.1.31 quando a prestação dos serviços envolver utilização de veículos, a **CONTRATADA** deverá promover sua identificação.

- i) Na identificação a que se refere o item anterior, deverá constar o nome da empresa



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- prestadora e o nome do órgão da administração para o qual o serviço está sendo realizado.
- ii) A identificação obrigatoriamente deverá ser fixada nas laterais dos veículos.
 - ii) Não será permitido o uso de identificação móvel.
- *10.2 -** A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11 - Este contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

12.1.1 - Multa diária de 1% (um por cento) até o 30.º dia, e de 2% (dois por cento) a partir do 31.º dia, por atraso injustificado na execução dos serviços.

12.1.2 - Pela inexecução total ou parcial do contrato (inclusive às obrigações trabalhistas e previdenciárias) à **CONTRATANTE** poderá, garantida a defesa prévia, aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor dos serviços não entregues e inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEI).

12.2 - O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, e os pagamentos futuros pela diferença, se houver.

12.3 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **CONTRATANTE**.

12.4 - O não cumprimento das obrigações assumidas no contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei 8.666/93, autorizam, desde já, a **CONTRATANTE** a rescindir, unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

12.5 - A **CONTRATADA** sujeita-se a sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, e no Decreto Municipal n.º 62 de 22 de setembro de 1993.

12.6 - No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA**, reconhecerá os direitos da **CONTRATANTE** em aplicar as sanções previstas no respectivo Edital, neste contrato e na legislação que rege esta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

13.1. - Este contrato fica vinculado a **Tomada de Preços n.º 09/2019**, cuja realização decorre de autorização do Executivo Municipal, constante do processo n.º **13.816/2019**, e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 – Até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade por no mínimo 30 (trinta) dias além da vigência contratual a fim de assegurar as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela futura contratada., mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

14.1.1 - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública - devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

14.1.1.1 – a garantia em apreço deverá ser efetuada na conta poupança n.º 24.872-X, agencia 0514-2, Banco do Brasil, de titularidade da **CONTRATANTE**.

14.1.1.2 O referido depósito deverá ser identificado com a Razão Social da empresa depositante, numero e modalidade da licitação

14.1.2 - seguro-garantia;

14.1.3 - fiança bancária.

14.2 - A **CONTRATADA** após a entrega da obra, consubstanciada pelo Termo de Recebimento Definitivo, deverá solicitar a devolução da garantia, devendo protocolizar o pedido, que deverá ser processado até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida por comum acordo entre as partes.

16.2 – E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Porto Ferreira, xx de xxx de xxxx

xxx
cargo
CONTRATADA

RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPPA
PREFEITO
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF.:

NOME:
CPF.:



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA – CNPJ: 45.339.363/0001-94

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: reforma na Unidade da Saúde da Família (USF) "Elza Falco Paschoanelli" à Rua Maria Augusta Afonso Borelli, s/nº - Bairro Jardim Anésia (item 01) ou Unidade Básica de Saúde UBS "Mosart Baggio" - Rua Ernesto Botigelli S/N - Jardim Águas Claras (item 02)

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*): Lucas Peres de Lima / OAB 403087 e-mail: lucas.lima@portoferreira.sp.gov.br
(Contratante)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Porto Ferreira, ... de de

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Rômulo Luís de Lima Ripa **Cargo:** Prefeito
CPF: 350.575.978-33 **RG:** 45.962.674-7 - SSP/SP
Data de Nascimento: 05/05/1989
Endereço residencial completo: Avenida Dr. Adhemar de Barros, nº 550 – Apto 73 – Vila Maria - CEP: 13660-200
E-mail institucional: prefeito@portoferreira.sp.gov.br
E-mail pessoal: romulorippa@yahoo.com.br
Telefones: (19) 3589 5200 / 3589 5202

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE

Nome: Rômulo Luís de Lima Ripa **Cargo:** Prefeito
CPF: 350.575.978-33 **RG:** 45.962.674-7 - SSP/SP
Data de Nascimento: 05/05/1989
Endereço residencial completo: Avenida Dr. Adhemar de Barros, nº 550 – Apto 73 – Vila Maria - CEP: 13660-200
E-mail institucional: prefeito@portoferreira.sp.gov.br
E-mail pessoal: romulorippa@yahoo.com.br
Telefones: (19) 3589 5200 / 3589 5202
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA

Nome: _____ **Cargo:** _____
CPF: _____ **RG:** _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO XI- Carta De Credenciamento Para Visita Técnica E Declaração De Visita

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Folha 1/3

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 – Tomada de Preços nº 09/2019

A empresa, CNPJ,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), RG
..... e CPF, autoriza o Sr(a)
....., portador da CPF(MF) nº.
..... e do RG nº., a visitar o(s) local(is) do(s) serviço(s),
objeto da licitação em destaque.

(localidade),de de

.....
Assinatura do representante legal e cargo



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Folha 2/3

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 – Tomada de Preços nº 09/2019

Declaramos, em atendimento ao previsto neste Edital que, por intermédio do(a) Sr(a), portador(a) da CPF(MF) nº e do RG nº, devidamente credenciado(a) por nossa empresa, vistoriou o(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) licitado(s) e somos detentores de todas as informações relativas a sua execução.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da visita para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

(localidade) ,de de.....

.....
Assinatura do profissional

Visto em/...../.....

.....
Assinatura e carimbo do servidor público
que acompanhou a visita



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Folha 3/3

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 – Tomada de Preços nº 09/2019

Declaramos, em atendimento ao previsto neste Edital que, por intermédio do(a) Sr(a), portador(a) da CPF(MF) nº e do RG nº, devidamente credenciado(a) por nossa empresa, que somos detentores de todas as informações relativas a execução do objeto deste certame e que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

(localidade) ,de de.....

.....
Assinatura do profissional



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO XII – Modelo De Declaração De Contratos Firmados Com A Iniciativa Privada E Com A Administração Pública

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 – Tomada de Preços nº 09/2019

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº do Contrato	Ano do Contrato	Data Assinatura	Vigente até	Valor Total do Contrato
			dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	
			dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	
			dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	

Valor Total dos Contratos _____

VALOR A TRANSERIR PARA CÁLCULO DO ÍNDICE PL

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**ANEXO XIII- Autorização Para Criação Da Conta Vinculada Para Quitação De Obrigações
Trabalhistas**

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 – Tomada de Preços nº 09/2019

Declaro, caso sagre-se vencedora e em atendimento ao previsto neste Edital, que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, Inscrição Estadual nº _____, estabelecida em _____, autoriza a criação de Conta Vinculada para a Quitação de Obrigações Trabalhistas sobre a execução dos serviços constantes do objeto da licitação em epígrafe.

(localidade),de de

.....
Assinatura do representante legal e cargo



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA
"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"
Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO XIV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Ref.: PROCESSO nº 13.816/2019 – Tomada de Preços nº 09/2019

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), DECLARO, sob as penas da lei, que não haverá prestação de serviço, na execução do objeto do contrato, de cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Município.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me

_____(Local)_____, ____ (Data)_____

(Assinatura do Representante Legal)